



DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: combinação para o desenvolvimento no Estado brasileiro

Leonardo dos Reis Melo¹

Resumo: O desenvolvimento regional se apresenta como uma política pública de redistribuição territorial das atividades, das políticas e das ferramentas estruturantes do desenvolvimento com foco em regiões e territórios. Assim, a congruência entre as ações de redução das desigualdades sociais e econômicas nas escalas macrorregionais e intrarregionais e políticas públicas nacionais de coesão social e de assistência ao desenvolvimento equânime são dois dos vetores fundamentais à sustentabilidade social, econômica, política, ambiental e cultural. Desta forma, este trabalho busca analisar e contextualizar o padrão de desenvolvimento do Estado brasileiro e a ligação entre desenvolvimento regional e políticas públicas afirmativas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Políticas Públicas; Coesão social.

Abstract: Regional development is presented as a public policy of territorial redistribution of activities, policies and structuring tools development with focus on regions and territories. Thus, the congruence between the actions of reducing social and economic inequalities in macro-regional and intra-regional scales and national public policies for social cohesion and equitable development assistance are two of the fundamental to the social, economic, political, environmental and cultural. Thus, this study seeks to analyze and contextualize the development pattern of the Brazilian State and the link between regional development and public policy statements.

Keywords: Regional Development, Public Policy, Social Cohesion.

¹ Estudante. Universidade Federal do Piauí (UFPI). leo.rm10@hotmail.com



1 Introdução

A compreensão e a reflexão do desenvolvimento, em todas as suas múltiplas dimensões, são dois dos temas mais relevantes ao qual a sociedade se debruça há muito tempo. Não obstante, é na atual contemporaneidade que o tema incorpora maior abrangência nos debates democráticos e nas políticas de planejamento. Visto isso, o pensamento do desenvolvimento em escala regional se mostra como um grande vetor que, atrelado, combinado e fomentado por políticas públicas congruentes, constitui modelo sistêmico de promoção de desenvolvimento com maior equidade e sustentabilidade social, econômica, política, ambiental e cultural.

Tomando como base regiões que apresentam combinações particulares e dando atenção à territorialidade e a todos os aspectos que a compõe, o desenvolvimento regional apresenta uma nova oportunidade à melhoria da qualidade de vida e à diminuição das desigualdades inter e intrarregionais. No entanto, para que esse arranjo desenvolvimentista consiga êxito, é de fundamental importância a percepção de que as políticas públicas sejam acordadas com manutenção e a sustentação de uma política de Estado engajada e articulada com toda a estrutura governamental, garantido que, mais que estratégia de governo, o desenvolvimento regional seja em si mesmo visto como uma política pública de desenvolvimento nacional.

Embora o objeto de proposição a que se levanta a defesa deste trabalho seja analisado com foco regional, o compromisso nacional de institucionalização de políticas públicas sustentáveis é o principal elemento promotor de uma coesão social em escala maior e que seja adequada à realidade e às necessidades as quais a sociedade se depara. Nesse contexto, as adversidades oriundas às estratégias de desenvolvimento socioeconômico demandam implementação de políticas qualitativas que não só corroborem com a estrutura e sistematicidade de planejamento nacional, como também consolidem o atendimento de demandas sociais ainda não inteiramente resolvidas.

Em suma, este trabalho busca refletir a solidificação de novas diretrizes e novos instrumentos de planejamento público de caráter desenvolvimentista que, através do desenvolvimento regional e da simbiose de políticas públicas afins, promovam a correção de lacunas e a mudança de paradigmas incompatíveis com o grau de evolução socioeconômica, ambiental, política, cultural, técnica, filosófica e da democracia substantiva logrado pela sociedade brasileira. Para realização de tal propósito, buscar-se-á,



primeiramente, avaliar o modelo de desenvolvimento adotado ao longo do tempo e suas implicações na realidade brasileira.

2 O modelo de desenvolvimento brasileiro e Políticas Públicas

A estruturação produtiva, a consolidação de sistemas políticos democráticos, a sustentabilidade ambiental, o respeito e valorização da diversidade étnica, cultural, de gênero, a inclusão social e a inovação são alguns dos principais vetores ao desenvolvimento. Desta forma, depreende-se que aliar as ferramentas e estratégias de governo com a integral realidade multiescalar compreende pressuposto construtivo de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Não obstante à dinâmica centro-periferia a qual o Brasil guarda grandes resquícios, a intensificação da seletividade espacial de segmentos e atividades de maior dinamismo acabou por constituir - ao longo de mais de 500 anos - diferenciações de crescimento e desenvolvimento econômico entre as cinco macrorregiões nacionais e entre vários territórios intrarregionais. Assim, os tópicos seguintes buscam discorrer sobre a tomada de ação do Estado e de algumas políticas de delineamento inerente.

2.1 O padrão histórico do desenvolvimento brasileiro

Os avanços da filosofia, da política, das ciências naturais e das relações econômicas compõem, notadamente, pontos de partida para a compreensão de transformações sociais ao longo de toda a historiografia da evolução do homem e, inerentemente, das relações sociais presentes nas ações referentes às bases populacionais. Assim, a construção de sistemas governamentais que refletissem os progressos políticos, técnicos e culturais acabara por estabelecer estratégias de direcionamento que atendessem às necessidades políticas e socioeconômicas de Estado: são as Políticas Públicas.

No Brasil, a organização das estruturas e das relações de produção sempre foi atrelada a políticas de governo que em muito pouco evoluíram para ações continuadas e de afirmação às políticas públicas. Entretanto, embora que de forma desconexa e com grande variabilidade, o modelo de desenvolvimento sempre fora ateadado ao fortalecimento do crescimento econômico e estrutural da macroeconomia nacional, o que promovera, em todo o seu curso, a intensificação de desigualdades estruturais.

Nos primeiros tempos de Novo Mundo, e assim como em grande parte do período de



administração lusitana, o desenvolvimento de políticas econômicas e de manutenção social era atrelado às demandas européias e tinha foco, sumariamente, à exploração de recursos minerais e de especiarias valorizadas no mercado europeu. Assim, a conjuntura das políticas nacionais se viu, até meados de século XX, como articulação sistêmica que promovesse a exploração de potencialidades e de recursos que contemplassem os interesses de uma dinâmica internacional sem, no entanto, tomar cuidado com a sustentabilidade econômica e social.

O surgimento de ciclos econômicos como o do açúcar no nordeste, o do ouro no centro oeste, o da borracha no norte, o agrícola e pecuarista no extremo sul e o cafeeiro no Vale do Parnaíba se mostraram como resultados fluídos de explorações regionais e de personificação do modelo [brasileiro] agroexportador (CASTRO, 1975).

Quanto ao ciclo cafeeiro, ressalta-se que, por motivo de limitação de oferta global local, o desenvolvimento das atividades inerentes ao beneficiamento do café e ao consumo popular levou à inclinação de um encadeamento de forte dinamismo, o qual, com a posterior decadência da atividade cafeeira, fomentara a primeira grande inclinação à industrialização e a formação de um mercado nacional integrado, ainda que cada vez mais fortalecedor de desigualdades setoriais.

Embora por vezes houvesse a interligação dessas zonas visando o suprimento de produção complementar, tanto o crescimento quanto o desenvolvimento econômico nacional recorriam (como ainda recorrem) a focos espaciais que, ao passar dos anos, foram sendo marcados por resultados de ritmos de mobilização diferenciados de recursos naturais, de capital produtivo e de mão de obra. Os antagonismos econômicos, porém, contavam com irresolutas e exíguas políticas de manutenção da coesão econômica e social nacional, o que facilitara, com grande liberdade, o desenvolvimento das relações de desigualdades inter e intra-sociais.

2.2 O atual modelo desenvolvimentista nacional

Ainda nos anos 2000, o cenário econômico continua a ser um dos conjuntos mais significativos na delimitação de políticas sociais e na própria dinâmica política nacional. Embora a integração nacional tenha evoluído de forma intensa, a concentração de renda e, de forma bastante correlacionada, das atividades de maior potencial gerador de valor agregado acabam por gerar disparidades e firmar lacunas em todas as macrorregiões nacionais.

A concepção de concentração do crescimento em regiões mais favorecidas em



detrimento de outras regiões menos dinâmicas pode ser evidenciada pela mensuração percentual da participação das macrorregiões na formação do Produto Interno Bruto (PIB), onde, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), apenas a região Sudeste representa 55,4% de toda riqueza produzida no Brasil no ano de 2010, seguidas pelas regiões Sul (16,5%), Centro-Oeste (9,3%), Nordeste (13,5%) e Norte (5,3%).

Instituído como um meio de superar os gargalos infra-estruturares da economia nacional, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma das novas ferramentas governamentais que exemplificam a tomada de ação estatal na promoção de novo crescimento e desenvolvimento nacional. É fato que não há como prover desenvolvimento sem infra-estrutura, mas será que os esforços realmente estão hábeis a solucionar os maiores problemas infra-estruturais da sociedade?

O PAC, não obstante contemplar grandes programas habitacionais e de melhorias e ampliações da transmissão e do abastecimento de energia e de água, respectivamente, reflete a falta de políticas afirmativas – diga-se políticas públicas – que promovam o desenvolvimento futuro: a estruturação de condições de oportunidades que não se limitam à superação de problemas existentes. Isso pois, dos mais de R\$ 1,45 trilhões (US\$ 888 bilhões) disponibilizados ao PAC I (2007-2010) e ao PAC II (2011-2014), mais de 65% dos recursos foram destinados ao Sudeste e ao Sul (OCDE, 2013), regiões já com infra-estruturais mais desenvolvidas.

Embora as regiões mais pobres venham sendo beneficiadas com as políticas de transferência de renda como pelo Programa Bolsa Família, as políticas sociais de inclusão social ainda se mostram deficitárias quando percebidos a tradicional precariedade dos serviços públicos básicos, como saúde, educação, transporte e moradia, por exemplo.

Quando tomada a ótica dos exercícios governamentais, percebe-se que a fragmentação da nação em entidades federativas (estados e municípios) abre margem a desequilíbrios de uma política integrada e coordenada de promoção do desenvolvimento. Isto pois, muitas políticas públicas perdem sua eficácia ao longo do processo em que emana, pois quando são postas a cargo das unidades federadas ou das prefeituras municipais perdem coordenação frente às abordagens de contextualização local e à variedade institucional da estrutura de governo em detrimento à sua capacidade de implementação e assistência técnica, estrutural e de gestão (OCDE, 2013).

A participação social brasileira não é apática às dinâmicas políticas nacionais, porém as relações entre sociedade civil e as instâncias de deliberação social são percebidas em uma



escala reduzida. O controle social, apesar de ser garantido pela democracia brasileira, é limitado às escolhas diretas dos candidatos do executivo e do legislativo, sendo bastante excludente na participação de políticas governamentais e com reduzido grau de governança.

Em suma, as abordagens de promoção do planejamento nacional têm pautado o desenvolvimento de políticas governamentais que buscam a redução de atrasos e o preenchimento de lacunas, sobretudo infra-estruturais. Não obstante, o modelo vigente ainda ignora em sua essência latente a necessidade de políticas públicas diferenciadas que, por si, corroborariam com consistente desconcentração do crescimento econômico e, correlacionadas, a melhoria dos indicadores sociais, além de garantir a qualidade do investimento público, a inclusão social, econômica e política e a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

2.3 Uma nova política de desenvolvimento

A evolução da política pública nacional e o fomento do desenvolvimento regional constituem hoje fontes de pensamento de um novo modelo de desenvolvimento. Neste, paradigmas já bastantes comuns a diversas realidades intra-nacionais precisam ser suplantados em razão de redução das desigualdades sociais e regionais, da ampliação da participação social e da construção de estruturas para-econômicas e sociais que garantam desenvolvimento equânime (RANDOLPH; TAVARES, 2013).

A efetividade de um novo marco desenvolvimentista dependerá, e necessita-se por grande importância, da priorização à acessibilidade dos agentes sociais, das instituições de promoção de desenvolvimento e das plataformas de ações e de serviços sociais a uma estrutura política e econômica coordenada, cooperada, conexa e sinérgica, em todas as múltiplas escalas da ação nacional.

As dinâmicas territoriais e a visibilidade de longo prazo das políticas de desenvolvimento regional devem ser duas das grandes defesas a serem depreendidas num moderno modelo de gestão pública. Mais que preencher vazios ou implementar políticas de compensação socioeconômicas, ele deve garantir a manutenção da coesão social, a sustentabilidade de estratégias de geração de renda e a assistência de qualidade dos serviços de grande demanda social.

Assim, o fortalecimento das redes socioeconômicas locais, a valorização individual e a ampliação da participação social devem ser compreendidas em elevada essencialidade,



pois é por meio dessas bases que se corrobora a solidez de governos populares e da governança, intrínseca à sustentabilidade de políticas públicas como às de desenvolvimento regional.

3 Conclusão

A formulação de uma política pública que reflita os valores, os desafios, os interesses e as diversidades dos atores e as realidades as quais estão inseridos faz jus a um novo pacto social. A necessidade de transformação das relações desiguais exige políticas de Estado estruturantes, transversais e inclusivas de um novo paradigma de desenvolvimento, o qual não pode ser concebido com as disparidades inter e intrarregionais e as deficiências crônicas já tão enraizadas na história geoeconômica, cultural e social do Brasil.

Mudanças como a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, organizada por uma junta ministerial coordenada pelo Ministério da Integração Nacional e elaborada por representantes da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, representantes do setor público e do setor privado de todos os estados da federação, apresentam expectativas e anseios, a médio-longo prazo, à estruturação de políticas públicas congruentes com um novo modelo de promoção do desenvolvimento: mais socialmente justo, democrático, sustentável e que garanta a evolução das potencialidades econômicas com mais equidade entre a uma nação brasileira.

A integração de políticas públicas deve, assim, conjugar um leque de ferramentas e recursos humanos para promover uma equidade social consistente, solidária e que intensifique o combate de necessidades específicas às regiões menos dinâmicas e/ou que possuam indicadores sociais não satisfatórios. Desta forma, afirma-se que, para maior efetividade, a visão territorial e regional deve ganhar nítida acuidade em relação às estimativas nacionais, como a de crescimento econômico, por exemplo. Isto pois, o desenvolvimento do Estado brasileiro se faz inconcebível sem que haja políticas afirmativas e integradas de combate às desigualdades inter e intrarregionais e de fomento à melhoria da qualidade social.

4 Referências Bibliográficas

CASTRO, A. B. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.



IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Contas Regionais do Brasil 2010**. Contas Nacionais, n. 38. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Relatório Territorial da OCDE**. Brasil, 2013, OECD Publishing. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1787/9789264189058-pt>>. Acessado em 22/03/2013.

RANDOLPH, R; TAVARES, H. (Org.). **Política e Planejamento Regional – Uma coletânea**. Brasília: UP Gráfica, 2013

REIS, C. N. **Economia Solidária: um instrumento para inclusão social**. In: Primeras Jornadas de Historia Regional Comparada, 2005, Porto Alegre. Primeras Jornadas de História Regional Comparada - Livro de Resumo. Porto Alegre: FEE, 2005. v. 1. p. 1-69.